



“EU SOU, VOCÊ TAMBÉM É?”: SOCIABILIDADES LGBTQIA+ NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Sabrina Fernandes Pereira Lopes [*]; Raquel Quirino [**]

Este artigo objetiva investigar as sociabilidades LGBTQIA+ em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica. O texto foca em três fatores motivadores principais que impulsionam a aproximação entre tais estudantes: compartilhar experiências, a necessidade de resistência e a solidariedade em busca de desafiar a exclusão social. A pesquisa foi conduzida com estudantes e ex-estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), utilizando entrevistas compreensivas para explorar essas vivências. A análise revela que as conexões são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, a criação de espaços de resistência e a defesa de uma educação voltada à emancipação humana.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. LGBTQIA+. Diversidade Sexual e de Gênero.

“I AM, WHAT ABOUT YOU?” LGBTQIA+ SOCIABILITIES IN TECHNICAL AND VOCATIONAL EDUCATION

This article aims to investigate LGBTQIA+ sociability in an institution of Professional and Technological Education. The text focuses on three main motivating factors that drive the closeness among these students: sharing experiences, the need for resistance, and solidarity in challenging social exclusion. The research was conducted with students and alumni of the Federal Center for Technological Education of Minas Gerais (CEFET-MG), using comprehensive interviews to explore these experiences. The analysis reveals that connections are fundamental for academic development, creating spaces of resistance, and advocating for an education geared towards human emancipation.

Keywords: Technical and Vocational Education. LGBTQIA+. Sexual and Gender Diversity.

“YO SOY, ¿TÚ TAMBIÉN?” SOCIABILIDADES LGBTQIA+ EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA

Este artículo tiene como objetivo investigar las sociabilidades LGBTQIA+ en una institución de Educación Profesional y Tecnológica. El texto se centra en tres factores motivadores principales que impulsan la cercanía entre estos estudiantes: compartir experiencias, la necesidad de resistencia y la solidaridad en la búsqueda de desafiar la exclusión social. La investigación se realizó con estudiantes y



exestudantes del Centro Federal de Educación Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), utilizando entrevistas comprensivas para explorar estas vivencias. El análisis revela que las conexiones son fundamentales para el desarrollo académico, la creación de espacios de resistencia y la defensa de una educación orientada hacia la emancipación humana.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. LGBTQIA+. Diversidad Sexual y de Género.

INTRODUÇÃO

Quando nos dispomos a debater a diversidade sexual e de gênero, é necessário sempre reavivar o pensamento de que abordamos as violências que envolvem o tema, mas que falar sobre ele é também discutir afetos, vínculos, cultura e resistências. A história das lutas sociais pelos direitos das pessoas LGBTQIA+¹ envolve a constituição de grupos que se formam na luta contra opressões, mas que não se constituem apenas pela dor; encontram força nos laços, na afinidade e na ação coletiva. Isso não significa esquecer a importância da mobilização ou ignorar as divergências nos movimentos sociais, mas considerar que essas ligações não se constroem apenas a partir dos embates que a cisheteronormatividade as leva a travar.

As pesquisas que se esforçam para romper as invisibilidades epistemológicas acerca de corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Neto, Cavalcanti e Gleyse, 2018) têm apontado a continuidade de manifestações de homofobia e transfobia que se expressam em agressões, exclusões e silenciamentos (Costa e Osti, 2021; Cavalcanti e Silva, 2022). Apesar disso e contra isso, constata-se também a busca por mudança e pela valorização das minorias sexuais e de gênero (Conopca, Ferreira e Cavalcanti, 2018; Camargo, 2021; Barros e Cavalcanti, 2021). Frequentemente, essas iniciativas, em âmbito individual ou coletivo, ocorrem na falta do interesse institucional. Dessa forma, o presente artigo objetiva investigar as sociabilidades LGBTQIA+ em uma instituição de Educação

¹ A sigla que representa a pessoas cujas identidades não estão representadas por padrões cisheteronormativos passa por constantes mudanças que buscam acompanhar sua complexidade. No presente estudo adotou-se aquela que nomeia também a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. As letras se referem a identidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras.



Profissional e Tecnológica. O texto se concentra em três fatores motivadores que impulsionam a aproximação dos estudantes. São eles: o desejo de compartilhar experiências, a necessidade de resistência e a solidariedade em busca de desafiar a exclusão social.

As evidências discutidas neste artigo empírico indicam a importância atribuída por estudantes à existência de amizades, exemplos e apoio entre pessoas LGBTQIA+ em uma instituição de EPT. Essas constatações são baseadas na análise de 23 entrevistas compreensivas (Kaufmann, 2013) realizadas com jovens que estudam ou estudaram no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Conhecer essas experiências compartilhadas pode fomentar reflexões no caminho para construir uma Educação Profissional e Tecnológica que se pautem na diversidade e na emancipação humana.

Pensar a diversidade sexual e de gênero no contexto da EPT

Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica segue os ditames da Lei n.º 11.741/2008, que alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Como explicita sua ementa, essa lei foi sancionada com o propósito de “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (Brasil, 2008). Nesses termos, a EPT inclui cursos de formação inicial e continuada, qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação. Abrange, portanto, uma ampla gama de níveis de formação, possibilitando reunir, num mesmo espaço formativo, estudantes em diferentes momentos de trajetória acadêmica e com diferentes propósitos. Apesar dessa amplitude, mesmo na legislação mencionada e também no debate acadêmico que a cerca, destaca-se o ensino técnico de nível médio, que, conforme argumentam Maria Ciavatta e Marise Ramos (2011), é marcado pela histórica dualidade: uma educação voltada à preparação para o ensino superior para as classes dominantes e outra voltada à preparação para o ingresso imediato no mercado, sob as exigências produtivas, para as classes populares.



Buscando compreender as relações de desigualdade que circundam essa temática, é preciso considerar que a classe trabalhadora é diversa. Como apontam Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio acerca das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: “desde o início, a constituição dessa classe [trabalhadora] está atrelada aos processos de construção e reconfiguração das relações de raça, de gênero e de sexualidade que produzem uma diversidade de formas de exploração-dominação” (2020, p. 25). Cabe, portanto, refletir sobre as imbricações entre diversidade sexual e de gênero e a Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista a estreita relação que o debate acerca da EPT tem com a ideia de emancipação humana. Nogueira, Pereira e Toitio descrevem que, assim como machismo e racismo, o preconceito voltado a pessoas LGBTQIA+ “permite ao capital superexplorar uma parcela de trabalhadoras e trabalhadores aos quais lhe são negados certos empregos e cargos, sobretudo para aquelas/es que rompem com as normas de gênero de maneira mais escancarada”(2020, p.182). Assim, não é possível pensar em um projeto de formação que se dê na “afirmação dos valores centrados na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade entre os seres humanos”(Frigotto, 2001, p.82) sem buscar também a superação da LGBTfobia e das formas como ela é instrumentalizada para dominar a classe trabalhadora.

As instituições de EPT permanecem sendo espaços onde as pessoas LGBTQIA+ muitas vezes não são respeitadas, reconhecidas ou valorizadas. Ao investigar o tema, Robelânia Gemaque, Natália Cavalcanti e Jaqueline de Jesus (2021) descrevem, por parte de uma parcela dos profissionais da educação, a expectativa de que estudantes vivenciem uma “identidade fraturada” — uma para a vida fora da escola e outra para o espaço escolar, o que implica se despir de sua identidade de gênero e orientação sexual. Élvio Costa e Andréia Osti (2021) chegam a uma conclusão semelhante ao detectar, através das representações de docentes da educação profissional, a persistência de preconceitos velados em relação à homossexualidade. Surge ainda o debate sobre a entrada desses estudantes no mercado de trabalho, uma vez que ainda há questões quanto à empregabilidade dessa população (Sousa



Junior, 2021) e o histórico no país é de propostas de políticas LGBTQIA+ voltadas para trabalho, emprego e renda bastante limitadas (Irineu e Oliveira, 2020).

Perante esse contexto de investidas marginalizantes, estudantes não se resignam; pelo contrário, trata-se de “uma juventude LGBTI+ que, mesmo presenciando e vivenciando um cenário de múltiplas violências, se encontra na posição de resistência e luta, participando como sujeitos ativos na construção cotidiana das instituições de Educação Profissional em nosso país” (Cavalcanti, Gemaque e Nogueira, 2021, p.36). Recusar a passividade e buscar transformações vai além do esforço por possibilitar sua existência, contribuindo para desafiar o conservadorismo e os preconceitos que não estão isolados nesses espaços, mas que estão inseridos em todo um contexto social e político que os propicia.

Nesse sentido, pensando na força e na necessidade da luta coletiva, torna-se essencial investigar como se constituem e que papel têm, nas vivências dos estudantes da EPT, as sociabilidades e os laços de solidariedade. Isso porque entendemos, a exemplo do que argumenta Mirla Cisne no prefácio do livro *Hasteemos a bandeira colorida – diversidade sexual e de gênero no Brasil*, que, na luta por direitos, segue-se em marcha “com punhos erguidos e com a firmeza de que o horizonte da emancipação humana exige ser pintado em todas as cores” (2018, p.17).

População LGBTQIA+ e Formação Humana: Alguns Apontamentos Teóricos

Quando falamos da população LGBTQIA+, nos remetendo à diversidade sexual e de gênero, visamos problematizar a cisheteronormatividade, que pode ser definida como:

Uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas (Mattos e Cidade, 2016, p. 132).



No presente trabalho, assim como na longa tradição das pesquisas voltadas à educação profissional e tecnológica, compreendemos que esta é uma busca pela emancipação humana. Esta, conforme debatida por Saviani a partir do arcabouço marxista, depende da passagem de uma democracia formal, que decorre da emancipação política, para uma democracia real, que exige uma práxis revolucionária (Saviani, 2017). Contudo, para projetar a superação da sociedade de classes e as lutas que isso envolve, é necessário também considerar a constituição da classe trabalhadora e perceber que:

Como particularidade histórica, a formação social brasileira se organizou em hierarquias e desigualdades, ao mesmo tempo que apresenta uma diversidade cultural única. Uma história marcada pela violência, opressão e mesmo extermínio de indivíduos e de outros modos de vida, mas também pela resistência política e pelas lutas sociais (Nogueira, Pereira e Toitio, 2020, p. 83).

Como coloca Dante Henrique Moura, o espaço educacional é permeado pela dualidade que divide o fazer intelectual do manual, divisão essa que deriva do modo de produção vigente. Pensar na superação dessa dualidade no espaço escolar é também contribuir para a ruptura do sistema capitalista (Moura, 2013, p. 719). Nesse sentido, ao debatermos o tema aqui proposto, é importante discutir os direitos da população LGBTQIA+. Primeiramente, tendo em vista que a previsão formal de igualdade não necessariamente se reflete na prática; e, em segundo lugar, que os movimentos e políticas para essa população estão frequentemente pautados nos direitos civis, ligados ao reconhecimento, mais do que nos direitos sociais, que incluem as dimensões da educação e do trabalho (Irineu e Oliveira, 2020). Cabe-nos, portanto, introduzir a discussão acerca do trabalho como princípio educativo e da formação humana integral no rol de assuntos relevantes para pensar plenamente as demandas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Afirmar a diversidade sexual e a livre identidade de gênero é uma exigência para fortalecer uma perspectiva revolucionária no Brasil. Não há revolução sem enfrentamento às estruturas do sistema capitalista-racista-patriarcal. Qualquer modificação na estrutura de poder deverá forjar um modo de vida que não seja pautado na propriedade privada, no racismo, na divisão sexual do trabalho e no heterossexismo como elementos que estruturam a dinâmica



da produção e reprodução social na atual sociedade (Nogueira, Pereira e Toitio, 2020, p. 175-176).

Assim, procuramos investigar como se forja essa luta nas conexões estabelecidas entre estudantes LGBTQIA+ da Educação Profissional e Tecnológica, tendo em mente o compromisso com a formação humana integral em oposição a uma formação tecnicista e pouco comprometida com o pensamento crítico. No espaço escolar, a resistência daqueles que não se encaixam nas normas de sexualidade e gênero dominantes se manifesta de formas diversas, pelo confronto ou pela busca de brechas (Braga, 2023). Isso pode ocorrer com o propósito de formar agrupamentos ou coletivos como uma forma de sobreviver a um ambiente hostil (Justino, 2017).

No presente artigo, abordamos esse movimento do ponto de vista das sociabilidades seguindo como referência o trabalho de Claire Bidart (1988), ao considerar que esta se refere às relações sociais que conectam as pessoas por meio de laços interpessoais e/ou grupais. A abordagem da autora nos inspira ainda porque permite investigar diferentes formas de sociabilidade que se entrecruzam num mesmo lugar, no caso desse estudo, a instituição de ensino.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para investigar as sociabilidades LGBTQIA+ em uma instituição de educação profissional e tecnológica, consideramos oportuno e necessário desenvolver uma pesquisa empírica com uma abordagem qualitativa. Isso se justifica pelo fato de que as pesquisas com dados primários sobre essa temática, apesar dos avanços recentes, ainda são poucas. Além disso, a complexidade das relações estabelecidas entre os estudantes no espaço educacional exige uma visão mais abrangente dos problemas, supõe contato direto com o objeto de análise e fornece um enfoque diferenciado para a compreensão da realidade (Neves, 1996).

Para tanto, optamos por adotar a Entrevista Compreensiva, conforme proposta por Jean-Claude Kaufmann, como principal referência para a coleta e análise dos dados. Essa escolha foi feita especialmente para evitar o efeito de "não personalização das respostas" e,



portanto, buscamos procedimentos que implicassem o envolvimento ativo dos participantes durante a entrevista, além de considerar a interpretação do material como elemento decisivo na elaboração da análise (2013, p. 39-40).

As entrevistas foram realizadas de março a agosto de 2024. A pesquisa foi divulgada previamente e durante o processo por meio de redes sociais (Instagram e grupos de WhatsApp), bem como por e-mail à comunidade acadêmica. O convite para a participação foi estendido a estudantes e ex-estudantes de qualquer curso do CEFET-MG, com idades entre 15 e 29 anos. Todas as pessoas que manifestaram interesse foram contatadas por WhatsApp, e aquelas que concordaram em participar foram entrevistadas. No total, foram 23 participantes, sendo 13 de cursos técnicos de nível médio, 8 graduandos e 2 pós-graduandos. Dentre elas, 20 se identificam como LGBTQIA+, as demais se apresentam como heterossexuais e cisgêneras. A inclusão dessas últimas foi considerada pertinente pela possibilidade de relatarem preconceitos, preocupações e perspectivas que por vezes não são mencionadas na presença das pessoas LGBTQIA+.

As conversas gravadas foram posteriormente analisadas por meio da escuta dos áudios, isso considerando que “os ritmos, as entonações e os silêncios são comentários do texto que podem mudar seu sentido” (Kaufmann, 2013, p. 123). Em seguida, as interpretações e trechos relevantes para a questão discutida foram transcritos em fichas e organizados, dando origem à seção a seguir. Observamos que omitimos os nomes de participantes, bem como o *campus* da instituição em que estudam ou estudaram. Já, como referência aos cursos, mencionamos apenas o eixo tecnológico a que pertencem.

QUADRO 1 – Perfil das Pessoas Entrevistadas Citadas

Pseudônimo	Eixo/área do curso	Nível	Idade	Pertencimento à população LGBTQIA+
E1	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	18	Homem bissexual
E2	Informação e Comunicação	Graduação	22	Gay



Pseudônimo	Eixo/área do curso	Nível	Idade	Pertencimento à população LGBTQIA+
E3	Negócios, Administração e Direito	Graduação	24	Mulher trans
E4	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	19	Lésbica
E5	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	18	Gay
E6	Educação	Pós-graduação	29	Mulher bissexual
E7	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	18	Lésbica
E8	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico de Nível Médio	18	Mulher bissexual
E9	Educação	Pós-graduação	27	Gay
E10	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	19	Pessoa de gênero não binário
E11	Ambiente e Saúde	Técnico de Nível Médio	26	Lésbica

Fonte: as autoras

“PROBLEMAS PRÓXIMOS, PRAZERES PRÓXIMOS”: SOCIABILIDADES LGBTQIA+ NA EPT

Nosso primeiro movimento ao iniciar as análises foi tentar compor um cenário sobre a presença de pessoas LGBTQIA+ na instituição. Essa tarefa constituiu um retrato contraditório. O Centro é *multicampi*, e entrevistamos somente pessoas que estudam na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mesmo assim, e até mesmo entre aquelas que estudam em um mesmo *campus*, encontramos desde cursos descritos como “uma bolha sem homofobia” (E1, 2024) até aqueles caracterizados como “heteronormativo, de branco, constituído majoritariamente por homens” (E2, 2024). Contudo, algo que se manifesta em todas as conversas é a relevância dos grupos de afeto e amizade estabelecidos durante o percurso formativo. A maneira como esses estudantes falam dessas relações nos oferece indícios de como suas experiências formativas estão sendo construídas.



Entre as pessoas entrevistadas, a visão predominante antes de ingressar na instituição é a do CEFET como uma oportunidade para obter uma formação acadêmica e profissional de qualidade, com prestígio social. Atuando atualmente em uma empresa da área de tecnologia, E3 observa que o renome da instituição ainda é um fator importante nos processos seletivos: “Muitas pessoas falam que isso não faz diferença, mas você ter no currículo que estuda no CEFET ou numa UFMG ou numa universidade federal pública, você acaba tendo um peso maior no recrutamento ali, os recrutadores olham com um pouco mais de atenção”.

A visibilidade positiva de conseguir entrar em uma instituição federal também surge em algumas falas como uma afirmação de suas capacidades e uma contestação à ideia de que sua identidade é limitada. E3 descreve sua aprovação na graduação como um momento de surpresa e alegria: uma quebra daquilo em que ela mesma vinha acreditando até então. Ao se inscrever, ela o fez despretensiosamente, sem a real expectativa de passar e isso “era por eu achar que aquele não era o meu lugar. Assim, enquanto mulher trans, sabe? Que não seria para mim, que eu não poderia estar ali, numa universidade pública, num dos cursos mais reconhecidos hoje no país”. E4 relata uma experiência semelhante de surpresa e orgulho com a aprovação em um curso técnico e o destaque que isso lhe trouxe: “Eu lembro que na escola colocaram até um cartaz com o meu nome, me parabenizando, sabe? Aí falaram assim que eu era uma inspiração para a escola. Assim, foi muito feliz, eu fiquei muito feliz. E aí, quando eu entrei no CEFET, eu nem acreditei”.

A busca por esse destaque, contudo, não vem sem custos e pode interferir nas relações e na saúde dessas pessoas. Um estudo com homens de minorias sexuais durante o desenvolvimento, por exemplo, mostra que direcionar a autoestima para questões que dependem do próprio desempenho pode ser uma estratégia para lidar com os estigmas relacionados à identidade, mas pode ter consequências negativas devido ao esforço excessivo (Pachankis e Hatzenbuehler, 2013). E5 relata que, no período em que estava terminando o ensino fundamental, estudava intensamente para o processo seletivo do CEFET, negligenciando seu autocuidado, pois só conseguia pensar que precisava passar na prova. Um dos fatores motivadores era justamente a compensação relacionada à sua orientação sexual:



“eu me sentia meio culpado por ser LGBT, então eu precisava compensar em algum aspecto, eu achava que ia ser um bom indicador de sucesso acadêmico, então, eu estudei muito”. Logo após ele aponta que, depois de lograr o tão desejado ingresso, a aproximação de outras pessoas LGBTQIA+ um ponto-chave para sua adaptação no CEFET:

Então eu acho que isso ajudou o desenvolvimento acadêmico, porque no meu primeiro ano eu sentia vontade de estar lá, ficava até depois do horário. Tinha boas relações, fiz os amigos. Pessoas parecidas comigo e que tinham mesmos pensamentos, problemas próximos, prazeres próximos (E5, 2024).

Destaca-se nessa fala como o estudante, que antes relatara um esforço acadêmico baseado na necessidade de realização, passa a atribuir parte de sua motivação ao ambiente propício que construiu junto a uma rede de afeto e trocas com outros estudantes LGBTQIA+. De fato, a partir dos relatos, percebe-se que começar a estudar na instituição, para vários estudantes que a percebem como mais diversa, significou ter a primeira oportunidade de estar em um grupo com o qual se identificavam em termos de sexualidade e/ou identidade de gênero. Como coloca Cécile Chartrain, muitas vezes esses jovens não tiveram anteriormente modelos positivos de suas identidades. Isso é especialmente delicado no contexto da socialização primária, no qual muitas vezes se espera que a família desempenhe um papel acolhedor e protetor contra alguns tipos de preconceito, como os motivados por racismo e xenofobia, mas que reforce discriminações e exclusões de pessoas LGBTQIA+ (Chartrain, 2013).

Parentes são citados como um grande fator impulsionador para o ingresso desses estudantes no CEFET. São mencionados incentivos relacionados à ideia de que teriam uma boa preparação para o Enem, ou que poderiam seguir os passos de irmãos, pais ou primos que já haviam estudado no Centro. Contudo, quando esses entes começam a aparecer nas falas, também surgem relatos sobre a dificuldade de “se assumir” diante deles. O reforço familiar à heterossexualidade compulsória (Rich, 2010) fica evidente, por exemplo, em falas como: “Eu tive outras experiências mais traumáticas com, né, meninos. E aí eu comentava com a minha mãe, mas ela falava, ‘não, você vai achar o cara certo’” (E6, 2024). Essas experiências contribuem para que participantes busquem, em outros espaços, uma socialização aberta à



diversidade sexual: “A minha mãe e meu pai são muito homofóbicos, então as pessoas que sabem da minha sexualidade abertamente são amigos” (E7, 2024). Isso é expresso, ainda, em uma metáfora significativa ao falar dos amigos LGBTQIA+ na instituição: “A gente virou meio que uma família mesmo” (E4, 2024).

Essa busca não se limitava à procura por conexões momentâneas, mas também envolvia a perspectiva de resistência e proteção. E8 relata: “Tinha muito poucas pessoas que eram [LGBTQIA+]. Aí as pessoas que eram, já ficava assim, ‘Eu sou, você também é? Vamos dar a mão e se abraçar aqui, porque nós estamos aqui em minoria’”. Ao fazer esse relato, ela imita o próprio tom de voz hesitante e baixo ao fazer a pergunta, indicando que se tratava de um questionamento que não devia ser ouvido por terceiros. Essa fala sinaliza como assumir a própria sexualidade pode ser um risco calculado em um ambiente desconhecido, gerando certa tensão até que esse reconhecimento ocorra. De modo similar, E9 conta que conheceu um colega em sala de aula que desconfiava ser gay. Durante um almoço em que estavam juntos, comentou brevemente sobre o próprio marido: “Aí quando eu falei a primeira vez, eu já olhei assim para ele. E ele ‘Ah, você também é casado com um rapaz!’ Aí ele se sentiu à vontade de falar. Mas antes não comentava, sabe?”.

O desejo de compartilhar experiências aparece em diversas falas e expressa, mesmo entre aqueles que negam ter sofrido preconceitos, a vontade de conviver com pessoas que tenham vivências parecidas com as suas. E4 afirma: “Eu me assumi ano passado. Tem pouco tempo ainda. Então, assim, eu queria conversar com alguém também para que pudesse me entender.” Ela descreve essa proximidade com um grande número de colegas LGBTQIA+ até com certa surpresa inicial: “Eu falava, ‘gente, que tanto de pessoas da comunidade’ eu fiquei tão feliz porque, né? A gente nunca pensa que tem tanta gente assim.”

Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação com o pensamento de James C. Scott para identificar que esses movimentos se dão na busca de criar espaços em que possa se externar o discurso oculto, ou seja “uma crítica do poder expressa pelas costas dos



dominadores”(Scott, 2013, p.19). Nas entrevistas há falas diversas de compartilhamento de histórias, revoltas e denúncias contra preconceitos sofridos na instituição. Divide-se também evidências e especulações sobre a sexualidade de outros colegas. Assim, E4 conta que, aproximadamente um mês depois de “se assumir” teve uma longa e tranquila conversa com um colega de turma, esse já conhecido como LGBTQIA+ na sala, em que ele lhe passou várias dessas informações como quem apresenta uma nova rede de conhecimentos.

Há que se mencionar que as realidades analisadas por Scott são diferentes das aqui descritas, especialmente no que concerne à institucionalização pública do poder dos grupos dominantes. Contudo, acreditamos que algumas observações feitas por ele podem ser úteis enquanto, como mencionado anteriormente, a heterossexualidade e a cisgeneridade ainda se mantêm em muitas instâncias como normas. As falas das pessoas entrevistadas revelam um cuidadoso jogo de revelação estratégica da própria identidade. Não se constituindo relações que formam grupos não necessariamente nomeados, mas que concorrem para a resistência, uma vez que “os espaços sociais onde o discurso oculto se desenvolve são, em si mesmos, uma realização da resistência; são conquistados e defendidos na face do poder”(Scott, 2013, p.19).

Podemos recorrer a Scott ainda para falar de outra constatação associada ao tema debatido. A ideia de que a solidariedade tem um importante papel na resistência, pois “uma subcultura de resistência ou de contestação dos costumes resulta sempre da solidariedade entre os subordinados”(2013, p.173). O autor argumenta que, para que práticas ou discursos de resistência existam, é necessária coordenação e comunicação entre os membros do grupo subordinado, portanto esses têm que construir seus próprios espaços sociais coletivamente (Scott, 2013). As limitações para que isso ocorra, aparecem mais explicitamente quando nos voltamos aos cursos considerados mais “conservadores” e entre estudantes que fazem parte de grupos historicamente mais marginalizados nos espaços de educação formal, como as pessoas trans. E3 descreve que, apesar de ter feito amizades durante o curso, sentiu falta de conhecer outras pessoas trans durante sua formação. Ela afirma:



Eu conheci algumas pessoas, fiz algumas amizades, mas ainda assim não é a mesma coisa, sabe? São pessoas que, muitas vezes, não vão entender, não vão compreender o que eu estou passando ou o que eu já passei ou o ponto que eu estou trazendo sobre a temática de diversidade. Então, assim, eu fiz algumas amizades, eu conheço algumas pessoas que tenho contato até hoje, mas eu ainda me sinto deslocada, mesmo tendo essas pessoas. Sabe, é muito por conta de não enxergar outras pessoas como eu, assim nos corredores, no campus. Enfim, de maneira geral, desde a entrada até as salas, os laboratórios... Eu, de fato, nunca vi, nunca conversei com nenhuma outra pessoa trans dentro do CEFET (E3, 2024).

Outra questão a se levantar é que nem sempre a reunião com outras pessoas LGBTQIA+, leva a um compartilhamento da resistência, há a possibilidade de que estes assumam parcial ou integralmente o discurso público, aquele que seria de se esperar nas “relações entre os subordinados e os detentores do poder”(Scott, 2013, p.18). E10, por exemplo, relata a insistência de uma colega em saber seu nome morto e que, após negativas, se valeu de um subterfúgio para obter sua chave Pix. Fazendo uma transferência por esse meio, o nome morto apareceu, e ela o reproduziu na presença de outros colegas. E10 narra ainda outras falas transfóbicas da colega, que está tentando “excluir de sua vida” por ser “muito ‘paia’ de conviver com alguém assim”.

Tendo vivenciado essas situações, aparece a preocupação com o bem-estar de outros colegas, especialmente quanto ao uso do nome social. Seus relatos incluem desde defender colegas de comentários preconceituosos até a felicidade de ver seus nomes oficialmente reconhecidos na instituição: “Eu fiz amigos que entraram esse ano, que conseguiram entrar com o nome social e não aparece o nome morto deles no registro. E nossa, eu fiquei tipo muito feliz com isso. Eu acho que até na hora de pagar o bandejão, não aparece”. Para descrever essa situação, E10 escolheu empregar os mesmos termos que usou para descrever a alegria e alívio em ver o próprio nome social no sistema. Dessa forma, parece-nos oportuno lembrar como a concepção de solidariedade pode e precisa se expandir e, para tanto, citamos Paco Vidarte que afirma:

A solidariedade não é amar o próximo como a ti mesmo, mas distinguir entre os próximos, ter bom olfato para detectar o cheiro de incenso e de dinheiro, e assim amar a uns e lutar contra outros.



A solidariedade não é assumir todas as lutas, mas travar uma só e a mesma luta até o final, porque a solidariedade não é mais do que a sinergia dos oprimidos. A solidariedade não é crer na bondade dos que comem pó, mas saber que, enquanto alguém come pó, corro o risco de também comer amanhã. A solidariedade é temer pela própria pele quando se vê uma trans perseguida. (Vidarte, 2019, p.157)

No contexto da solidariedade, interessa destacar também a importância de momentos em que o discurso oculto é publicizado. Para Scott (2013), há considerável impacto político nas situações em que uma pessoa de grupo subalterno recusa “publicamente, na face do poder, a reproduzir palavras, gestos e outros sinais de obediência normativa”. O autor dá especial atenção a ocasiões em que essas “insubordinações” ocorrem pioneiramente naquele grupo. Durante as entrevistas, se evidencia como momentos em que estudantes presenciam pessoas LGBTQIAPN+ que se colocam visivelmente no espaço acadêmico quebrando normas cisgêneras e heterossexuais, mesmo que simplesmente por anunciar sua própria identidade, repercutem pessoalmente em suas experiências. E11, que já é egressa, narra uma conversa que teve com um ex-colega do ensino médio integrado:

Ele me mandou uma mensagem um dia, que foi muito impactante. Bem, dizendo que ele tinha conseguido se assumir para a família. Também estava superfeliz no relacionamento com o atual namorado. E ele me mandou uma mensagem me agradecendo por ter sido um exemplo para ele. Assim, sabe, enquanto resistência. Enquanto uma pessoa que tem coragem realmente de falar abertamente sobre isso, então isso para mim foi muito significativo (E11, 2024).

Numa realidade em que estudantes LGBTQIA+ não se veem nem mesmo representados em alguns segmentos, ouvir alguém se posicionar e afirmar sua sexualidade e/ou gênero dissidente é especialmente significativo. Nesse sentido, citamos a poeta e ativista Audre Lorde que, partindo de seu lugar de mulher, negra e lésbica, argumenta pela necessidade de quebrar o silêncio, e mais, de transformá-lo em linguagem e ação, porque:

No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver



verdadeiramente.

Embora as menções a docentes LGBTQIA+ sejam raras, quando ocorrem, elas são descritas como bastante marcantes, justamente pela percepção de que outras vivências, são possíveis. Essas falas remetem à constatação de que é possível de estudar e trabalhar dignamente sem apagar a própria sexualidade.

Sempre me ensinaram que era errado, sabe? Eu sempre pensei ‘nossa, a pessoa que assume gay, lésbica, assim nunca vai ser feliz na vida’. Aí eu lembro que eu vi essa professora, eu fiquei sabendo que ela tinha uma namorada e tal. Aí eu fiquei pensando, nossa, mas a professora é bonita, gente boa, bem-sucedida, então eu também posso ser (E7, 2024).

Essa importância perpassa as entrevistas e, em alguns, casos chega à forma do desejo de colocar em prática ações para promover acesso a mais pessoas marginalizadas socialmente por sua identidade de gênero ou sexualidade. São exposições sobre buscas que não se restringem à realização pessoal, mas à necessidade de construir espaços que possam ser compartilhados. Exemplo disso é E3, que expressou mais de uma vez na entrevista o desejo de “gerar oportunidades de emprego para outras pessoas trans” em sua atuação na área em que está se formando.

Observamos, então, que as motivações mencionadas pelos participantes para buscar essas conexões podem ser divididas em três grupos: o desejo de conhecer pessoas com quem pudessem compartilhar experiências; a necessidade de resistência e a solidariedade em busca de desafiar a exclusão social. Apesar de afirmarem a existência de espaços mais diversos para alguns, as falas colhidas ainda ecoam omissões de direitos. Mesmo aqueles que observam que a instituição escolar é um lugar onde encontraram maior liberdade para expressar suas identidades ainda convivem com a sombra da possibilidade de violências. Falar de uma “bolha” é expor que existe algo fora dela, o que denuncia a persistência de uma sociedade que vê a diversidade sexual e de gênero como marginal. Essas realidades reverberam em inseguranças familiares e exclusões no mundo do trabalho, contra as quais as relações estabelecidas oferecem motivação para o combate.



O que os excertos debatidos mostram é que as sociabilidades LGBTQIA+ são fundamentais para a formação integral de estudantes que fazem parte dessa população, uma vez que elas passam pela motivação para os estudos, pela compreensão de si e dos outros, pela proteção e apoio e pela aproximação de reflexões que são produzidos em vivências que vão além da cisheteronormatividade. Mas também são necessárias para fomentar um espaço de produção de conhecimentos que se valham dos “saberes localizados” (Haraway, 1995) e que esses sejam valorizados, inclusive pelo potencial de contribuição social e de desestabilizar ideologias dominantes.

Na discussão acerca do ensino médio integrado ao técnico, o conceito de formação integral é frequentemente destacado. Neste artigo, o aplicamos a toda a EPT. Entendemos que “uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, 2014, p.11) deve ser aplicada em todos os níveis educativos, especialmente no contexto da formação para o trabalho, dada sua importância na constituição do ser humano. E se é assim, os aspectos sociais e culturais relacionados ao pertencimento de minorias sexuais e de gênero precisam ser incorporados nas instituições educacionais e nas análises que buscam promover uma formação crítica dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse estudo, em que debatemos as sociabilidades LGBTQIA+ na EPT, destacamos algumas constatações acerca das experiências de jovens minorias sexuais e de gênero e sua formação. Primeiramente, observamos que as relações interpessoais e mesmo o reparo na presença de identidades afins na instituição educacional são fatores que influenciam a experiência dos estudantes. Se, por um lado, um grupo de amigos com quem se identificam pode motivar para os estudos e instigar uma posição de luta por direitos, as ausências são sentidas com o desejo não realizado de partilha. Essas aproximações e ausências também participam da construção de projeções de futuros possíveis e desejáveis.



Os relatos percorrem caminhos que vão desde a procura de constituir vínculos de resistência que dependem de uma negociação da revelação da própria identidade até a valorização da quebra do silêncio e da solidariedade. Reafirmamos que, para uma Educação Profissional e Tecnológica verdadeiramente comprometida com a emancipação humana, é necessário não só reconhecer e respeitar essas experiências, mas admitir que as minorias sexuais e de gênero produzem saberes que desafiam normas frequentemente apropriadas pelo capitalismo para reforçar estruturas de exploração sobre uma classe trabalhadora cuja pluralidade é constantemente silenciada e marginalizada.

Longe de limitar a compreensão da classe trabalhadora em sua totalidade, entendemos que essa ótica a expande, ao questionar a imposição da cisheterossexualidade normativa e como ela se integra aos processos de exploração. Assim sendo, esse trabalho representa um esforço para provocar o diálogo e a reflexão sobre a importância de colocar em destaque saberes e questionamentos que surgem na resistência da população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

BARROS, Roberto Idalino; CAVALCANTI, Ricardo Jorge. Diversidade Sexual E De Gênero No Currículo Da Educação Profissional: Dizeres Das/Os Estudantes. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 211-224, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5920> Acesso em 15 de agosto de 2024.

BIDART, Claire. Sociabilités: quelques variables. **Revue française de sociologie**, p. 621-648, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1988_num_29_4_2549 Acesso em 15 de agosto de 2024.

BRAGA, José Ricardo Marques. “Não cabemos na escola, mas fazemos caber”: experiências LGBT de “afrente” à Cisheteronorma escolar. **Anais do VII ENESEB: Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica**. Editora Realize. Belém - PA., p. 1-11, 2023. Disponível em: <http://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92482> Acesso em 15 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.



DOI:10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.71323

Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino
“Eu sou, você também é?": Sociabilidades
LGBTQIA+ na Educação Profissional e
Tecnológica

Acesso em 15 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008**. Altera os dispositivos da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em 15 de agosto de 2024.

CAMARGO, Daniel. Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e13158-e13158, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13158> Acesso em 15 de agosto de 2024

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; GEMAQUE, Robelânia; NOGUEIRA, Natasha Mendonça. “Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso mesmo”: sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade. **COR LGBTQIA+**, v. 1, n. 1, p. 29-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/491> Acesso em 15 de agosto de 2024.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; SILVA, Jéssica Marcela Pedreira. O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP. **Revista Vértices**, v. 24, n. 2, p. 659-679, 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/17031/16653> Acesso em 15 de agosto de 2024.

CHARTRAIN, Cécile. Les jeunes face aux discriminations liées à l'orientation sexuelle et au genre: agir contre les LGBT-phobies. **Lectures, Les revues**, 2013. Disponível em: <https://injep.fr/wp-content/uploads/2018/09/CA40.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45> Acesso em 15 de agosto de 2024.

CISNE, Mirla. Prefácio In: NOGUEIRA, Leonardo et al. (Ed.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. Expressão Popular, 2018.

COSTA, Elvio Carlos; OSTI, Andréia. Concepções Acerca da Homossexualidade:

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-22, e-rte341202520, 2025.



DOI:10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.71323

Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino
“Eu sou, você também é?”: Sociabilidades
LGBTQIA+ na Educação Profissional e
Tecnológica

Representações de professores da educação profissional. **RIOS** -Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco, v. 15, n. 30, p. 385-410, 2021. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/30/concepcoes_acerca_da_homosssexualidade.pdf Acesso em 15 de agosto de 2024.

CONOPCA, Maria do Carmo; FERREIRA, Maria José; CAVALARI, Octavio. O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/16357> Acesso em 15 de agosto de 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

GEMAQUE, Robelânia Dos Santos; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; JESUS, Jaqueline Gomes De. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e13516, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13516> Acesso em 15 de agosto de 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em 15 de agosto de 2024.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ano 8, n. 16, p. 40-55, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/7298> Acesso em 15 de agosto de 2024.

JUSTINO, Elvis. Agrupamentos lgbt: cuidado, resistência nos agrupamentos escolares. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 12, n. 1 ESP, p. 41-46, 2017. Disponível em: <https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2883> Acesso em 15 de agosto de 2024.

KAUFMANN, Jean Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis/Maceió, Vozes/Edufal, 2013. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/796> Acesso em 15 de agosto de 2024.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-22, e-rte341202520, 2025.



DOI:10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.71323

Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino
“Eu sou, você também é?": Sociabilidades
LGBTQIA+ na Educação Profissional e
Tecnológica

cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181> Acesso em 15 de agosto de 2024.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 03, p. 705-720, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYtnwWvnGfdkztG/abstract/?lang=pt> Acesso em 15 de agosto de 2024

NETO, Avelino Aldo de Lima; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; GLEYSE, Jacques. (In) visibilidades epistemológicas: : Corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em Educação Profissional. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/16350> Acesso em 15 de agosto de 2024.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, 1996.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

PACHANKIS, John E.; HATZENBUEHLER, Mark L. The social development of contingent self-worth in sexual minority young men: An empirical investigation of the “Best Little Boy in the World” hypothesis. **Basic and Applied Social Psychology**, v. 35, n. 2, p. 176-190, 2013. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/271750098_The_Social_Development_of_Contingent_Self-Worth_in_Sexual_Minority_Young_Men_An_Empirical_Investigation_of_the_Best_Little_Boy_in_the_World_Hypothesis Acesso em 15 de agosto de 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. **Curitiba: Instituto Federal do Paraná**, 2014. Disponível em:
<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/0> Acesso em 15 de agosto de 2024.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 34, n. 1, p. 1-22, e-rte341202520, 2025.



DOI:10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.71323

Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino
“Eu sou, você também é?": Sociabilidades
LGBTQIA+ na Educação Profissional e
Tecnológica

momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 653-662, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Q7rcHqS3xNZKzV9MykSG79q/abstract/?lang=pt> Acesso em 15 de agosto de 2024.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, v. 1, 2013.

SOUSA JUNIOR, Paulo de Tarso Xavier. Como conseguir um emprego? Dilemas encontrados pela população LGBTQI+. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e12137-e12137, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/download/12137/pdf/32396> Acesso em 15 de agosto de 2024.

VIDARTE, Paco. **Ética bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. n-1 edições, 2019.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutora em Educação – Cefet-MG – <https://orcid.org/0000-0002-5783-4976> – sabrinafpl@yahoo.com.br

[**] Doutora em Educação – Cefet-MG – <https://orcid.org/0000-0001-9256-656X> – quirinoraquel@hotmail.com

Submetido em: 30 de Agosto de 2024.

Aprovado em: Outubro de 2024.

Publicado em: Fevereiro de 2025.